

A biografia como problema sociológico: reflexões sobre condições, continuidades e eventos críticos na trajetória de sujeitos vítimas de violência

LUIZ FÁBIO S. PAIVA*

21

Resumo: O artigo aborda as possibilidades de uso das biografias para análise sociológica, explorando como as trajetórias de vida de pessoas assassinadas passaram a compor suas histórias. Nesta perspectiva, observa-se como, ao falar da morte de pessoas, a imprensa brasileira utilizou as biografias para descrever, justificar e atuar politicamente na preservação moral das vítimas. São analisadas situações referentes às mortes de Daniela Perez e Tim Lopes, demonstrando como as vítimas protagonizaram lutas políticas em torno de como se deve morrer e viver em sociedade. Evidencia-se como a biografia pode ser utilizada na notícia como artefato político e pedagógico, sendo a vida do morto retratada como portadora daquilo que deve ser preservado para se manter, em linhas gerais, determinados princípios pertinentes a uma comunidade moral. Neste percurso, são feitas considerações teórico-metodológicas sobre as possibilidades de análise sociológica dos usos feitos pelos cientistas e pelos outros das trajetórias de vida.

Palavras-chave: biografia; violência; lutas simbólicas.

Abstract: This paper discusses the possibilities of using biographies for sociological analysis, exploring how life trajectories of murdered people are now part of their stories. In this perspective, we can observe how, when speaking of people's death, the Brazilian press utilized the biographies to describe, justify and act politically in the moral preservation of the victims. Situations are analyzed referring to the deaths of Daniela Perez and Tim Lopes, demonstrating how the victims staged political struggles around how to die and live in society. It is evidenced how biography can be used in the news as a political and pedagogical device, and the life of the dead portrayed as having what must be preserved to maintain, in general, certain relevant principles to a moral community. In this path, theoretical and methodological considerations on the possibilities of sociological analysis of the uses made by scientists and others on life trajectories are developed.

Key words: biography; violence; symbolic struggles



* **LUIZ FÁBIO S. PAIVA** é Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará e pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência. Realiza pesquisas sobre como a violência, em diversas circunstâncias, afeta o cotidiano, o reconhecimento social e o exercício da cidadania. Suas pesquisas têm fundamentação qualitativa e seus trabalhos de campo se concentram em bairros populares da cidade de Fortaleza e na região da tríplex fronteira amazônica (Brasil, Peru e Colômbia).

O dia 8 de Dezembro de 1980 poderia representar absolutamente nada, desde que uma personalidade de reconhecimento internacional não tivesse sido alvejada por tiros de revólver, calibre 38, na porta do prédio onde morava. Naquele mesmo dia, o assassino recebeu um autógrafo da vítima em seu mais recente álbum de música. Segundo os testemunhos, amplamente difundidos até os dias de hoje, nas mais diferentes mídias, o assassino disparou cinco tiros, acertando quatro na vítima. A companheira da vítima chegava com ela em casa e assistiu à cena do crime. Após os disparos, o assassino não fugiu e foi facilmente desarmado pelo porteiro do prédio. Ao ser questionado por ele se sabia o que havia feito, o responsável pelo crime respondeu apenas: “sim, eu atirei em John Lennon”.

A história narrada acima é de conhecimento mundial e retrata a morte de uma das maiores personalidades do século XX, o cantor dos Beatles e pacifista John Lennon. Ela foi protagonizada por uma pessoa que, talvez, nunca se tornaria tão popular caso não tivesse tido a ousadia de atirar em Lennon, no dia 8 de dezembro de 1980. Mark Chapman saiu de seu anonimato com os quatro tiros que atingiram Lennon e sua ação se tornou parte da biografia de um dos mais populares cantores que o mundo já conheceu. As razões de Chapman foram exploradas, discutidas e afirmadas como mentirosas por pessoas que amavam Lennon e não acreditavam que ele pudesse ter morrido em virtude de uma ação “tão covarde”. Inclusive, a ação era tão inesperada que também originou boatos sobre a participação do governo ou da mulher de Lennon em sua morte.

O autor dos disparos justificou sua ação como resultado de Lennon ter o enfurecido, sobretudo, por suas músicas que questionavam a divindade, as posses de bens materiais e até a existência dos Beatles. Condenado a prisão perpétua, a cada 2 anos desde 2000, Chapman é julgado para saber se poderá gozar de liberdade condicional, pois já cumpriu 20 anos de privação de liberdade. Em todas as ocasiões, a esposa de Lennon, Yoko Ono, testemunha ocular do crime, alega que a concessão do direito a Chapman coloca em risco sua vida, dos herdeiros de Lennon e do próprio assassino.

A morte de John Lennon é um fenômeno social que faz parte da sua biografia, não como consequência de uma trajetória de vida que o levou a morte, mas como um *acontecimento* que produziu novas significações e circunstâncias sobre quem foi e como morreu. A morte se tornou tão importante quanto a vida do cantor e transformou a trajetória de um pacifista pop em um mártir morto, cercado por teorias sobre quem foi, como viveu e o que teria feito se não tivesse seu caminho interrompido. A morte abriu um novo caminho, criou novos enunciados e possibilidades para falar do que foi a vida dessa pessoa vítima de um homicídio aos 40 anos de idade. Em linhas gerais, minha análise, neste trabalho, é sobre como a morte possibilita falar da vida.

Interessa-me demonstrar como as biografias podem ser pensadas sociologicamente, oferecendo aos pesquisadores da vida social não um programa, mas um problema para pensar as múltiplas perspectivas de fenômenos sociais abrangentes. Estes fenômenos podem ser observados na maneira como a biografia de certa

peessoa foi pensada, elaborada e agenciada por interlocutores que buscam saber, fazer ver e fazer crer no que foi e deve ser a vida. Para esta finalidade, início a reflexão com algumas considerações teórico-metodológicas sobre como pensar sociologicamente o uso de biografias como fonte de análise. É oportuno ressaltar que, em linhas gerais, não irei discutir como fazer uma biografia sociológica, mas como sociólogos podem observar as formas de manejo da biografia como processos de agenciamento e luta simbólica. No máximo, as reflexões que proponho possam ajudar a pensar a respeito de certos problemas sociais evidenciados pelos usos de biografias. No segundo momento do trabalho, observo como a biografia de pessoas assassinadas, especificamente a da atriz Daniela Perez e o jornalista Tim Lopes, são apropriadas no momento de suas mortes para falar não apenas de suas vidas, mas da vida em sociedade, reverberando processos lutas simbólicas pelo estabelecimento de possíveis verdades e princípios morais. As biografias exploradas então não falam apenas de como as pessoas viveram, mas de como morreram e o que isso significou para os que permaneceram vivos tentando explicar e discutir as razões de suas mortes.

Preocupações sociológicas sobre o uso de biografias

Em uma perspectiva sociológica compreensiva, Schutz (2012, p. 85) destacou que dizer que uma situação é biograficamente determinada é afirmar que ela tem uma história, ou seja, “ela é a sedimentação de todas as experiências prévias do indivíduo, organizadas como uma posse que está facilmente disponível em seu estoque de

conhecimento e, enquanto uma posse exclusiva, trata-se de algo que é dado a ele e somente a ele”. Essa posse individual é construída socialmente e, grosso modo, nem mesmo os proprietários tem clareza da vastíssima dimensão de sua propriedade. A situação biográfica para Schutz envolve as posições morais e ideológicas dos indivíduos e serve como uma referência para que as pessoas possam fazer escolhas e considerar possibilidades futuras, conforme a relevância de vários elementos que envolvem uma situação. As discussões de Schutz sobre esse problema são muito mais profundas, mas as trago aqui apenas para evidenciar algo importante, qual seja, o caráter complexo das relações sociais e das trajetórias individuais. Se a biografia é uma posse que envolve todas as experiências da pessoa, o que dizer da maneira como essa propriedade é recuperada quando o dono dessa posse não pode dar testemunho da sua trajetória?

Conforme ressaltou Bourdieu (2005), a narrativa biográfica ou autobiográfica tende a organizar os eventos de uma vida em uma sequência coerente e ordenada de acontecimentos. Ao estabelecer conexões entre acontecimentos significativos da vida se criam justificativas de fundo ideológico e moral para montar um conjunto estruturado de coisas que, em si, não necessariamente se desdobraram de maneira tão uniforme assim. Bourdieu acredita que é um absurdo tentar explicar as trajetórias de vida como unidades coerentes, propondo que os acontecimentos biográficos “definem-se antes como alocações e como deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo

considerado” (P. 82). Pensar as trajetórias envolve, na perspectiva do sociólogo francês, considerar as condições sociais em determinados campos, explorando as circunstâncias pela qual a vida foi historicamente construída. Isto me parece fundamental para entender que as biografias dialogam com múltiplos eventos que fazem parte da trajetória de vida uma pessoa, considerando que ela não tem o controle racional de tudo que ocorre em sua história.

Ao problematizar as considerações de Bourdieu sobre o mundo social, Lahire (2004, p. 318) chamou atenção para o fato de que, em linhas gerais, “como todo cientista, o sociólogo está em busca de coerências na complexidade do real”. Neste estudo, busco demonstrar que os desdobramentos da vida de sujeitos biografados não correspondem a um corpo orientado em função do encadeamento lógico de uma série de acontecimentos. As biografias, seja como composto de experiências ou experiências retomadas politicamente por um terceiro, são permeadas por contradições correspondentes as circunstâncias históricas de um sujeito que vivem em determinados contextos morais e políticos. As Ciências Sociais já acumularam alguns bons exemplos em termos de compreensão de trajetórias de vida que, rapidamente, demonstro a seguir.

Ao analisar a trajetória de vida de Wolfgang Amadeus Mozart, Elias (1995) nos forneceu boas pistas para pensar a biografia em contextos históricos, destacando alguns aspectos que não podem ser negligenciados pelo observador. Uma das questões norteadoras do pensamento de Elias sobre Mozart diz respeito ao fato de a morte do músico encerrar, entre outras coisas, a carreira de um homem

insatisfeito por acreditar não ter o prestígio e o reconhecimento devido. De acordo com Elias (1995, p. 13), “para se compreender alguém, é preciso conhecer os anseios que este deseja satisfazer”. Ao considerar esse pressuposto, foi possível a Elias observar as impossibilidades relativas à veneração do gênio de um artista em uma sociedade ainda não dotada dessa perspectiva. Então, Mozart foi um artista em uma corte cujo seu trabalho não se diferenciava tanto de qualquer outro trabalho prestados por pessoas que serviam a corte. Assim, os desejos de Mozart de ser um artista autônomo nunca foram possíveis de realizar em uma sociedade que não reconhecia essa atividade e, portanto, não dispunha das condições sociais necessárias à sua manutenção. Bem mais sorte, anos depois da morte de Mozart, obteve Beethoven em sua ruptura com a dependência do artista ao patronato de corte. As possibilidades de Beethoven impor seu gosto ao público musical foram vedadas a Mozart, pois ainda não havia em seu tempo as condições sociais para um artista realizar tal coisa. A morte de Mozart deixou ainda em aberto o que poderia ter sido se ele continuasse vivendo, pois ocorre em um momento de transformação social dessa sociedade.

As conexões entre vida e mundo social são intensas e seus desdobramentos ambíguos, confusos e contraditórios. Se a análise de Elias demonstra a contradição entre viver em seu tempo, a vida do índio bororo Tiago Marques demonstra também essa condição de marginalidade. Em um estudo seminal, Florestan Fernandes (2007) demonstra como ser retirado da sua tribo por padres salesianos para ter uma educação de homens brancos mudou, definitivamente, a trajetória de vida do índio Akirio Bororo Keggeu.

Fundamentado em estudos etnográficos, Florestan demonstra como, em 1910, ao ser enviado aos 12 anos de idade para uma escola em Cuiabá, por disposição de dom Antônio Malan, o índio bororó passou a adquirir uma educação branca, aprimorada depois na Europa, no período de 1913 a 1915. Após uma trajetória de estudos brilhantes, Akirio recebeu status de professor nas missões salesianas, passando a ser conhecido como professor Thiago Marques. Poderia ter seguido junto aos salesianos, cumprindo a missão de educar outros indígenas, mas preferiu casar com uma índia bororó e viver como seus companheiros de tribo. Como demonstra Fernandes, os problemas da vida de Thiago Marques iniciaram quando ficou evidente a sua falta de prática das artes da caça e pesca. Assim, sem ser nem índio, nem homem branco a trajetória de vida de Thiago Marques se inscreveu entre dois mundos em que ele passou a ocupar posições marginais, na medida em que decepcionou os salesianos e os bororós por não ser mais nem branco, nem índio.

As reflexões de Florestan apontam para a pluralidade do que é a experiência social de pessoas que constroem suas trajetórias em circunstâncias complexas. É oportuno ressaltar que, conforme observa Fabiani (2002, p. 56), “existem, várias maneiras de obter biografias”. Essa é uma questão fundamental, pois, nos casos empíricos que são fundamento para essa análise, discuto o ponto de vista construído a partir do agenciamento de biografias de pessoas que morreram, portanto não deram testemunha de algo central em suas vidas retratadas, qual seja, sua morte. Outra questão importante se refere ao fato de que a biografia dos mortos não foi tratada nos casos analisados pelo cuidadoso trabalho de um biógrafo, mas apropriadas por instâncias de produção

de notícias interessadas em detalhes dos crimes do qual foram vítimas.

Por fim, trabalho como certos acontecimentos, com características de *eventos críticos*, produzem efeitos políticos na discussão sobre os sentidos do que é viver e morrer em sociedade. O conceito de *evento crítico* foi trabalhado por Veena Das (1995) que, ancorada nas reflexões do historiador francês François Furet¹, defini-o como acontecimento que institui novas modalidades de ação histórica que não estavam inscritas, previstas ou planejadas no decorrer de determinadas situações. Ao considerar as reflexões de Das, é preciso entender que o acontecimento histórico não funciona como um desdobramento, mas está em aberto, sendo passado e presente alvos de lutas simbólicas em torno daquilo que eles enunciam. Ao considerar esse pressuposto, penso as biografias não como um dado que oferece uma evidência pronta sobre a vida das pessoas, mas como, em si, trajetórias de vida que revelam contradições e lutas simbólicas sobre o que a vida de pessoas tem a revelar sobre o mundo social. Assim, minha leitura sobre o uso das biografias de Daniela Perez e Tim Lopes não é uma reflexão sobre a vida biografada, mas sobre como a biografia, as condutas, as trajetórias de vida dessas pessoas foram fundamentais para que elas pudessem ser reconhecidas como vítimas de uma ação criminosa. Nos dois casos analisados, irei explorar, sociologicamente, os usos da biografia como artefato político e pedagógico para falar da vida de pessoas que morreram vítimas de crimes violentos.

¹ Cf. ORTEGA, Francisco. Rehabitar la cotidianidad. DAS, Veena. *Sujeitos del dolor, agentes de dignidade*. Ed. Francisco A. Ortega. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas: Pontificia Universidad Javeriana. Instituto Pensar, 2008.

Defino como artefato político e pedagógico o resultado do trabalho de instâncias de produção de notícias que tem como finalidade definir como se deve viver e como devemos morrer em um trabalho biopolítico, em linhas gerais, pensado caso a caso como será possível ver a seguir².

A luta pela preservação moral da biografia

A morte da atriz Daniella Perez³, em 1992, abriu inúmeras discussões sobre a justiça brasileira e sua capacidade para punir adequadamente pessoas de cometer homicídio. O acontecimento, no entanto, não representou apenas uma discussão sobre as leis, mas, sobretudo, a respeito do que significa ser mulher, vítima de um crime de homicídio. Esta questão foi importante porque os argumentos apresentados pelo autor do crime maculavam a biografia de uma pessoa que foi reivindicada por sua mãe, amigos e colegas de profissão como idônea, honesta e, absolutamente, sem qualquer vínculo afetivo com a pessoa que a assassinou. Isto tornou o caso Daniella emblemático do que acredito poder chamar de uma *luta política pela preservação da biografia*.

Logo nas primeiras entrevistas sobre o acontecimento, Glória Perez foi a público declarar absurda a versão de Guilherme de Pádua sobre o crime. O assassino acusava Daniella de lhe assediar e a ter matado em virtude de uma tentativa sua de separar uma briga

dela com sua esposa, após serem flagrados juntos. Preservar a biografia da filha, evitando a morte moral da vítima se tornou o objetivo de Glória, forçando a imprensa a trabalhar com as trajetórias de vida dos envolvidos para falar do crime. A imprensa cumpriu esse papel, ressaltando aspectos da vida de Daniella e Guilherme para demonstrar como ambos tinham índoles diferentes e que revelavam predisposições distintas em relação ao que poderiam ou não fazer.

A repercussão do caso envolveu uma trama extremamente complexa, pois, embora a autoria do crime tivesse sido desvendada, as motivações dos criminosos nunca foram devidamente esclarecidas, dando espaço para o surgimento de uma série de rumores sobre o acontecimento. Diante do discurso de Guilherme de Pádua, familiares e amigos passaram a ir a público, com o objetivo de reiterar a dignidade da atriz Daniella Perez e desmentir a versão de Guilherme de Pádua.

Essa versão apresentada pelo indiciado Guilherme de Pádua é uma versão cínica, tradicional e inaceitável. E no caso, Guilherme quer transformar Daniella em responsável pelas lesões e tesouradas que ela recebeu. (Rosane Reis, Diretora do Conselho dos Direitos da Mulher).

Não se deixe fazer essa inversão entre vítima que se torna culpada de sua própria morte, porque esse é um segundo assassinato. É o assassinato moral. E esse é cometido diante dos olhos de toda população. E desse assassinato todos são testemunhas. Eu só peço isso: justiça e consciência das pessoas. (Glória Perez, mãe da vítima).

² Cf. PAIVA, Luiz Fábio S. Significados da morte: o discurso da imprensa sobre crimes que "abalaram" o Brasil. Tese. Universidade Federal do Ceará: Programa de Pós-graduação em Sociologia: Fortaleza, 2012.

³ Não farei uma descrição detalhada dos casos por já ter realizado esse trabalho, anteriormente, na minha tese de doutorado. Cf. PAIVA, Luiz Fábio S. *Op. Cit.*

Essa menina pregava a fidelidade. Essa menina era apaixonada pelo marido. Queria ter filhos. Eu acho um absurdo! Eu estou absolutamente revoltada com essa tentativa de tentar denegrir a imagem dela. (Beth Farias, atriz e amiga).

Eu boto minha cara a tapa! Entendeu? Se a Daniella é metade disso que tão achando que ela é. Entendeu? Não é, cara, não é. Uma pessoa do bem! (Cristiana de Oliveria, atriz e amiga).

[Trechos de entrevistas realizadas no dia 30 de dezembro de 1992, em matéria do Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão]. (JORNAL, 2007).

Não apenas a morte física de Daniella, mas o próprio discurso sobre a morte provocou sofrimento em amigos e familiares por se sentirem duplamente atingidos: pela morte brutal e pela difamação moral. A verdade sobre o caso passou a ser alvo de uma disputa intensa, mas extremamente desigual entre os acusados e os meios de comunicação que, em toda cobertura do caso, procuraram preservar Daniella retratando características positivas de sua personalidade. As estratégias discursivas dos participantes desse embate colocavam em jogo questões morais importantes, pois a justificativa de Guilherme de Pádua semeava uma dúvida sobre a honra de Daniella. A aceitação de uma ou outra versão como verdade passou a ter implicação direta na forma de reconhecimento à biografia da vítima.

A tese de que Guilherme de Pádua teria um relacionamento amoroso com Daniella foi sustentada pela defesa do acusado. Contudo, os telejornais da Rede Globo de televisão ressaltaram que, mesmo ciente da autoria do crime, a Polícia não tinha respostas para o

motivo de Guilherme ter matado Daniella, respaldando a ideia de que a versão apresentada pelo acusado visava apenas lhe garantir atenuantes referentes à sua inevitável condenação. Na época, a Polícia cogitou a possibilidade de Daniella ter sido vítima de um ritual de magia negra. A promotoria insistiu na tese de que a morte de Daniella foi resultado de um crime premeditado pelo casal e motivado pelas ambições de Guilherme ascender em sua carreira. O mesmo não teria conseguido se conformar com o fim do namoro de seu personagem com a personagem de Daniella na ficção, tendo visto nisso uma ameaça às suas possibilidades participação na novela.

Entre os muitos programas exibidos sobre o caso, pareceu emblemático a forma como foi organizado o Programa Globo Repórter dedicado ao caso Daniella Perez. A maneira como o apresentador Celso Freitas abre e fecha blocos é um dado importante, pois revela uma maneira de narrar o caso politicamente comprometida com a preservação da biografia de Daniella.

CF - A polícia, como o vivo, supõe que Daniella foi por sua própria vontade ao local do crime. Mas a família dela já tem provas que ela foi levada à força. Vamos ver daqui a pouco. (Fechamento 2º Bloco).

CF - Ainda não sabemos qual o motivo para morte de Daniella Perez. Ninguém acredita na versão do assassino confesso de que ela o assediava. Para tentar entender o inaceitável, foi buscar-se explicações no perfil psicológico do ator Guilherme de Pádua. Descobriu-se que ele encenou na vida real seu papel preferido nos palcos: garoto de programa e assassino. (Abertura 3º Bloco).

CF - Enquanto se luta pela punição do crime, o que nos resta é lembrar

a vida e carreira da atriz que em poucos anos tornou-se das mais queridas do público. Daqui a pouco, imagens inéditas da arte de Daniella Perez. (Fechamento 4º Bloco).

[Encerra-se o Programa com imagens de Daniella seguidas de depoimentos da mãe, amigos, esposo e colegas da novela *Corpo e alma*]. (Programa Globo Repórter exibido no dia 08 de Janeiro de 1993.). (GLOBO, 2007).

A matéria desqualifica o discurso do assassino, ao mesmo tempo em que retrata momentos da vida de Daniella para demonstrar como a jovem atriz não pode ser nada daquilo que seu assassino diz sobre ela. Ao falar das várias versões do crime, o Programa se detém em três delas, apresentadas logo após o acontecimento: 1) versão da Polícia; 2) versão da defesa de Guilherme de Pádua; 3) versão da acusação. As duas primeiras versões dialogam ao concordar com o fato de Daniella ter ido voluntariamente ao local do crime. Tal possibilidade é completamente rechaçada pela terceira versão, que afirma que Daniella teria sido surpreendida por um soco deferido por Guilherme em um posto da gasolina e levada involuntariamente para o local do crime. A terceira versão é considerada pelo Globo Repórter como a mais plausível, enquanto as duas primeiras versões são consideradas repletas de subterfúgios comuns a outros crimes que tentam projetar na vítima certa responsabilização.

A ideia de que Daniella pudesse ter qualquer envolvimento com Guilherme de Pádua é absolutamente rechaçada pela imprensa, pois admitir qualquer contado voluntário poderia abrir brechas para que a vítima pudesse ser denegrida. Mesmo as provas levantadas pelo inquérito policial a respeito do encontro são desconsideradas e a impossibilidade

disso ter acontecido é considerada incontestada pelos interessados em defender a honra de Daniella. Não permitir máculas a biografia da vítima se tornou um ato político, cuja figura da mãe simboliza a luta pela preservação moral da trajetória de vida da vítima. Pouco importa o que de fato aconteceu, pois a objetividade do acontecimento ignora os dados disponíveis e se constitui em torno de posicionamentos políticos, fundamentados na ideia de preservação moral da biografia de Daniella. Ao analisar uma série de outros conteúdos vinculados pela imprensa, observei que, em suma, a ideia de que a vítima pode ter responsabilidade no crime é enfrentada com argumentações que visam não apenas revelar um posicionamento político, mas ensinar ao público, cidadãos brasileiros, que a vítima é o resultado de uma ação criminosa que deve ser enfrentada, sem condescendência aos que a praticam. O caso Tim Lopes nos oferece mais algumas informações importantes sobre isso.

O jornalista e o testemunho de uma biografia profissional impecável

Assassinado durante a produção de uma matéria sobre *bailes funks*, no dia 02 de junho de 2002, na Vila Cruzeiro-RJ, Tim Lopes foi sequestrado, torturado e julgado por traficantes de drogas. Sua história mobilizou a imprensa brasileira de maneira especial, pois retratou aspectos importantes relativos a profissão de repórter investigativo. Em edição dedicada a Tim Lopes, no Jornal Nacional do dia 10 de Junho de 2002, William Bonner encerrou o Programa com um discurso que considero emblemático sobre a vida e obra da vítima.

Tim, você sabe que em dias tristes como o de hoje nós costumamos evitar o boa noite, deixando o silêncio do estúdio mostrar toda eloquência da nossa dor. Mas hoje nós decidimos fazer diferente. Você sempre foi um apaixonado pela profissão. Sempre teve uma palavra de incentivo para os menos experientes. Sempre vibrou diante de cada reportagem que fez. E agora, com a sua morte, você nos deu a chance e saber que mesmo no grande repórter convivia um marido carinhoso que deixou um amor imenso a Alexandra. E um pai extremado capaz de passar aos filhos Bruno e Diogo toda retidão do seu caráter, a coragem para enfrentar os dias difíceis e uma vontade desmedida de ajudar ao próximo. Hoje você começaria um novo Globo Repórter sobre a vida dos caminhoneiros. Foi uma ideia que você trouxe das férias aprovada pela direção do Programa que queria vê-lo logo na estrada. Você pediu tempo! Estava terminando uma reportagem a favor dos moradores da Penha. Os traficantes que o mataram interromperam o seu plano e devem estar acreditando que calaram a sua voz. Estão errados! A sua voz será ouvida cada vez mais alta, em cada reportagem que nós, jornalistas do Brasil, fizermos. A sua voz vai ecoar hoje e sempre na redação da Globo e nas casas de cada brasileiro de bem. Em vez do silêncio, o nosso aplauso. [Segue a câmera pela redação do Jornal com jornalistas aplaudindo Tim Lopes que aparece em imagem reportada no começo desse capítulo]. (EDITORIAL, 2002).

No discurso do apresentador, é possível observar traços importantes sobre as crenças e a atividade profissional do jornalista. A imagem profissional de Tim Lopes é celebrada como a de um “grande repórter”, não apenas pela sua capacidade de realizar matérias

importantes, mas, sobretudo, por se dispor a auxiliar pessoas que necessitam do trabalho jornalístico como forma de reivindicar seus direitos. As qualidades profissionais também são reportadas como valores de uma pessoa que, em sua vida, resguardava princípios morais observados em suas relações com outros repórteres e família. Sua mulher e seus filhos são apresentados como pessoas especiais, que se destacam por ter compartilhado da biografia do morto. A paixão pela profissão e o compromisso profissional do morto são elementos pelo qual o discurso se pauta, em busca de produzir reconhecimento social das iniciativas do repórter como sujeito sempre atento aos problemas sociais e disposto a criar novas peças jornalísticas.

A ação dos traficantes, vista como forma de tentar calar a voz do repórter, é pautada como ato covarde que não obteve sucesso, pois, conforme ressalta Bonner, as redações das Organizações Globo não permitiriam que o caso ficasse impune. Este anúncio representou o prelúdio de uma das maiores investidas das Organizações Globo em prol de pressionar o Governo do Estado do Rio de Janeiro para, sem titubear, gerar providências urgentes e adequadas contra os responsáveis pelo crime.

Durante a cobertura do crime, observei que a vida de Tim Lopes foi retratada como forma de fazer as agências de segurança pública “agir corretamente”. Exemplo disso foi a repercussão do inquérito policial que, em seu enunciado, afirmava Tim Lopes ter ido a comunidade para fazer uma matéria sobre o tráfico de arma, “no afã de efetuar melhores imagens dos traficantes, se colocou muito perto do perigo, não vislumbrando a diferença da emoção para razão, fato que ocasionou

a sua detenção e morte”⁴ (EDITORIAL DA TV GLOBO, 2002). Essa peça do processo também rendeu mais um discurso emblemático de William Bonner sobre o caso. Em matéria do Jornal Nacional, foram apresentados trechos do relatório com intuito de demonstrar ao público a incapacidade do Estado, por meio de suas agências policiais, cumprir suas funções de controle social, atribuindo responsabilidade ao repórter, ao invés de esclarecer detalhes do crime.

Willian Bonner - A Polícia [Civil] do Rio de Janeiro concluiu hoje o inquérito sobre o assassinato do jornalista da Rede Globo, Tim Lopes. Em vez de esclarecimentos sobre o crime, o inspetor que assina o documento preferiu culpar Tim Lopes pela própria morte. [...] Numa atitude revoltante pôs em dúvida os reais propósitos de jornalista ao dizer que o Tim estava lá não para fazer uma reportagem sobre baile *funk*, mas apenas para realizar uma nova reportagem sobre o poderio armado do tráfico. [...] Tim Lopes sempre foi um jornalista dedicado a missão de informar, servir a comunidade. As características de Tim Lopes eram opostas as que são descritas no relatório. Tim era discreto. Era avesso ao sucesso fácil, o que fazia dele, antes da sua morte, um rosto desconhecido. Logo ele? Que se desejasse, se quisesse, seria um dos mais famosos do Brasil porque talento, competência e amor a profissão não faltavam a ele. Não! Tim Lopes não foi assassinado porque buscava o sucesso. Ele foi morto ao tentar ajudar uma comunidade cansada de pedir ajuda a Polícia. A mesma Polícia que deixa solto os traficantes encastelados no seu poder paralelo.

⁴ Trecho do relatório, exibido em reportagem do Jornal Nacional.

A mesma Polícia que nós não sabemos ainda com que propósito prefere culpar a vítima em vez de seus algozes. Até quando? Tenhamos todos uma boa noite! (EDITORIAL DA TV GLOBO, 2002).

Conforme observei na matéria que subsidiou a fala de Bonner, a intenção do telejornal é demonstrar os equívocos do trabalho policial, ressaltando a honra do jornalista e da instituição jornalística. Ao questionar a legitimidade do inquérito produzido pela Polícia Civil do Rio, os discursos proferidos no Jornal Nacional, baseado em trechos do extenso relatório, expõem uma ação indevida do relator ao realizar uma espécie de desvio de função da peça processual. Este desvio frustra as expectativas desses interlocutores, que buscam em lacunas do inquérito para justificar sua indignação diante de detalhes expostos e outros omitidos. Atuam na perspectiva de proteger moralmente a vítima e atacar “quem matou, quem esquartejou, quem queimou” o corpo do jornalista. A Polícia Civil é apresentada como agência de segurança pública que desaprendeu a investigar, pois sequer é capaz de apontar o papel de cada traficante na cena do crime, sendo incapaz de atribuir responsabilidade específica para cada um dos acusados.

Na busca de desacreditar o inquérito produzido por policiais civis, os discursos veiculados no Telejornal colocam em dúvida suas intenções ao produzir um relato “absurdo e indigno”. Na interpretação dos produtores de notícias da Globo, o relato presente no inquérito atesta contra os valores morais do morto, atribuindo-lhe, ainda, responsabilidade sobre sua própria morte. Em busca de uma evidência empírica da incompetência da Polícia Civil, o discurso expõe o fato dos quatro

“principais acusados” pela morte do jornalista não terem sido presos até o momento da apresentação e encaminhamento do inquérito aos promotores do Ministério Público. No caso, a reportagem faz menção aos acusados Elias Maluco (líder do bando), Ratinho, Boizinho e André Capeta.

Em seguida, ao atribuir responsabilidade ao morto, o relatório é acusado de apresentar uma questão importante sobre as condições sociais em que a morte de Tim Lopes se produziu, sendo nesse ponto também fortemente atacado pelo discurso das instâncias de produção da Globo. Ao falar do perigo ao qual o repórter se submeteu ao tentar produzir a reportagem, o inquérito remete a uma situação amplamente conhecida pelos brasileiros e, mais especificamente, dos moradores do Rio, qual seja, as Favelas da Cidade são territórios dominados por traficantes de drogas, fortemente armados, que imprimem com rigor formas específicas de sociabilidade e processos de normalização social que devem ser observados e respeitados por aqueles que vivem ou estabelecem qualquer tipo de relação com esses lugares.

A tentativa de responsabilizar o repórter é interpretada como tentativa de eximir o Estado das suas responsabilidades em relação à defesa do direito à vida de pessoas que, como Tim Lopes, estão ali trabalhando. No terceiro ponto explorado pelo discurso da Globo, a emissora questiona o fato da finalidade do trabalho de Tim Lopes também ser questionada no relatório. O mesmo coloca sob suspeita os reais motivos da reportagem, creditando-lhe ser uma tentativa de filmar o poderio armado de traficantes de drogas. Ambições pessoais do repórter emergem no inquérito como justificativa para que ele

estivesse ali e, portanto, sofrido as devidas consequências. Neste ponto, os discursos proferidos no Jornal Nacional chamam atenção para a posição da Central Globo de Jornalismo ser portadora de um testemunho autêntico, não podendo o relatório divergir da versão oferecida à polícia pela empresa.

O caráter de Tim Lopes, um trabalhador sem ambições de fama e reconhecimento pessoal, é o utilizador como um delineador moral suficiente para tornar indigno o discurso da Polícia. A crítica ao inquérito policial protagonizada pelo Jornal Nacional objetiva preservar o morto, mas neste caso as intenções dos envolvidos no caso é demonstrar como a biografia de uma pessoa pode desqualificar a ação de outras, podendo a narração de um acontecimento ter um impacto político decisivo nas atitudes de governantes e gestores públicos. O inspetor responsável pelo inquérito foi afastado e as Polícias do Rio de Janeiro se uniram em uma inédita operação de invasão ao Complexo do Alemão para prisão de Elias Maluco⁵. Assim como o caso Daniella Perez, no caso Tim Lopes, a biografia não é apenas uma peça de composição da narrativa da imprensa. Ela é um artefato político porque reverbera os valores sociais que a imprensa julga defender, ao mesmo tempo em que as trajetórias de vida são retomadas para dar lições de vida sobre como as pessoas devem viver e o Estado agira para preservação da boa vida e da boa morte em sociedade.

⁵ Cf. CASTILHO, M. de S. **Uma morte em Família:** martírio e autoridade nos 100 dias de cobertura do caso Tim Lopes em o Globo. 2005. Dissertação. Universidade Federal Fluminense: Programa de Pós-graduação em Comunicação: Rio de Janeiro, 2005.

Considerações finais

As notícias como artefato político ilustram as formas pelas quais as instâncias de produção de notícias constroem o sentido da biografia e seus acontecimentos, visando estabelecer a verdade e as formas de reconhecimento social da identidade dos sujeitos envolvidos em situações como um homicídio. Ao tentar estabelecer a verdade do acontecimento, as instâncias de produção não se furtam em negligenciar as evidências, as outras versões, as contradições ou mediações possíveis entre as circunstâncias que compõem o acontecimento narrado. Nos dois casos analisados, percebi que não há possibilidade para relativizações e as biografias assumem uma forma inquestionável, imutável e intransponível. Por isso, para a imprensa brasileira, e mais especificamente para a Globo, Daniella Perez não foi ao encontro de seus algozes por livre e espontânea vontade, assim como Tim Lopes não estava na Vila Cruzeiro para filmagens de uma reportagem a respeito do poderio armado do tráfico de drogas.

A compreensão dos seus discursos como de instâncias de produção autorizadas é fundamental para entendimento do que a notícia pretende ser como artefato político, cuja finalidade é preservar a biografia da vítima e posicionamentos morais relativos ao caso retratado. Ao fazê-lo, os sujeitos presentes no acontecimento são conhecidos a partir das formas de reconhecimento disponíveis pelos meios de comunicação para falar da morte violenta como um algo que destrói uma biografia imaculável. Desta maneira, as vítimas são sempre inocentes, os sobreviventes são pessoas que sofrem com as mortes das vítimas e os acusados culpados, em geral, dotados de

motivações perversas. Embora seja possível que acusados tenham espaço para falar sobre si e suas motivações, suas falas são ilustradas como mentiras que fazem parte de uma orquestração para permanecerem incólumes frente ao público. Esse público é geralmente reificado e apropriado pelas instâncias de produção como coletividade esclarecida em função do trabalho, em tese, “imparcial da imprensa”. Não poucas vezes, durante a investigação que deu origem ao trabalho, observei relatos de jornalistas que se autoproclamam “defensores do bem comum”.

Como artefato pedagógico (essa separação é apenas didática para falar do papel político-pedagógico do trabalho das instâncias de produção), as notícias buscam ensinar aos vivos a partir das biografias dos mortos e do primor moral de suas trajetórias de vida. Ao comunicarem o acontecimento, as instâncias de produção intentam ensinar, na mais ampla acepção da palavra, sobre os conteúdos que elas visam transmitir, julgando sua interpretação ser fidedigna dos fatos enunciados. Nas notícias, o interessado no conteúdo pode ver, ouvir e ler de maneira pedagógica sobre o crime, a investigação policial, a produção do inquérito, a elaboração das provas periciais, o encaminhamento do processo à Justiça, a sua apuração e os procedimentos desenvolvidos para efetivação de uma sentença criminal. Ao longo desse processo, as pessoas têm acesso a biografia dos que morreram e podem aprender com os “bons exemplos” que a imprensa ilustra de maneira afetiva e racional.

Nas notícias sobre a morte, o reconhecimento da vítima é resultado desse processo político-pedagógico que ensina o que é bom e ruim para a

sociedade, a partir da vida desses sujeitos representados pela imprensa. As vítimas são retratadas como pessoas boas, cuja vida vai sendo revelada pelas instâncias de produção subsidiadas pelos testemunhos dos sobreviventes, que contam ao público o quanto o morto era alguém especial. Todas as características boas das vítimas são ressaltadas como forma de produção de afetos positivos que, entre outras coisas, criam uma relação emocional entre sobreviventes, meios de comunicação e as demais pessoas que recebem a notícia. Em suma, observa-se um processo de transmissão de conteúdos, experiências e sentimentos morais decorrentes de um processo de subjetivação constitutivo das notícias e da sua intenção de ser um meio pelo qual a sociedade pode refletir sobre os acontecimentos e se constituir como uma comunidade moral politicamente orientada.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2006.
- CASTILHO, M. de S. **Uma morte em Família:** martírio e autoridade nos 100 dias de cobertura do caso Tim Lopes em o Globo. 2005. Dissertação. Universidade Federal Fluminense: Programa de Pós-graduação em Comunicação: Rio de Janeiro, 2005.
- DAS, Veena. *Sujeitos del dolor, agentes de dignidade.* Ed. Francisco A. Ortega. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia. Facultad de Ciencias Humanas: Pontificia Universidad Javeriana. Instituto Pensar, 2008.
- EDITORIAL da TV Globo sobre a morte de Tim Lopes. **Jornal Nacional.Globo.com**, 11 jun. 2002. Disponível em: <<http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL542151-10406,00-EDITORIAL+DA+TV+GLOBO+SOBRE+A+MORTE+DE+TIM+LOPES.html>>. Acesso em: 09 out. 2010.
- EDITORIAL DA TV GLOBO. **Jornal Nacional.Globo.com**, 07 ago. 2002. Disponível em: <<http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL543152-10406,00-EDITORIAL+DA+TV+GLOBO.html>>. Acesso em: 02 fev. 2010.
- ELIAS, Norbert. **Mozart:** sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1995.
- FERNANDES, Florestan. Tiago Marques Aipobureu: a Bororo on the margins. **Tempo Social**, v. 19, n. 2, p. 293-323, 2007.
- GLOBO Repórter. Especial Daniella Perez. **Youtube.** Vídeo postado em 24 jun. 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wc4loXOrdQo>. Acesso em 01 Jan. 2011.
- JORNAL Nacional: Caso Daniella Perez (30/12/1992). **Youtube.** Vídeo postado em 10 dez. 2007. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=_ufDJcj1rAY>. Acesso em: 02 Ago. 2010.
- PAIVA, Luiz Fábio S. *Significados da morte: o discurso da imprensa sobre crimes que "abalaram" o Brasil.* Mimeo. Universidade Federal do Ceará: Programa de Pós-graduação em Sociologia: Fortaleza, 2012.
- SCHUTZ, Alfred. **Sobre fenomenologia e relações sociais.** Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2012.

Recebido em 2014-12-04
Publicado em 2014-12-10